

FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESTIGMA TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ATUALIDADE

Renata Cristina Rizzon¹

FCT UNESP/Presidente Prudente

renata.rizzon@unesp.br

Taís Souza da Cruz²

FCT UNESP/Presidente Prudente

tais.souza@unesp.br

Pablo Muryllo de Oliveira³

FCT UNESP/Presidente Prudente

pablo.m.oliveira@unesp.br

RESUMO

A produção do espaço urbano resulta em processos que se materializam por meio das desigualdades socioespaciais e dos esforços de diferenciação por distintos agentes e sujeitos. Em uma perspectiva crítica e a partir de revisão bibliográfica, o objetivo deste artigo é o de debater, por meio da contextualização contemporânea da globalização, intensificada a partir dos anos 1970, processos como o de segregação socioespacial e, principalmente, o de fragmentação socioespacial, associados ao estigma territorial, incorporado como uma das faces da produção do espaço urbano, incluído nesses processos em curso, como meio de diferenciação e manutenção do *status quo*, combinando-se e reforçando-se.

Palavras-chave: Fragmentação socioespacial; Estigma territorial; Produção do espaço urbano.

GT 12 - Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

¹ Mestranda em Geografia com orientação da Prof. Dr. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

² Mestranda em Geografia com orientação da Prof. Dr. Eda Maria Góes.

³ Doutorando em Geografia com orientação da Prof. Dr. Marcio José Verissimo Catelan.

1. Introdução

Na atualidade, vivemos em um mundo fragmentado, homogeneizado e dividido. A lógica fragmentária acontece num mesmo período na história da urbanização em que há aumento da densidade, ritmo e velocidade na interação espacial interescalar, com interação entre as dinâmicas e processos atinentes à produção do espaço. O contexto é dialético, dinâmico, contraditório e complementar.

O mundo está dividido em Estados-Nação, em blocos econômicos, em regiões, territórios e fragmentos que podem ser observados numa infinidade de diversos microterritórios. Essa infinidade diversa reforça as diferenças históricas, sociais, econômicas e espaciais na dialética entre a fragmentação e a articulação das escalas. Deste modo, podemos perceber essa fragmentação por perspectivas distintas. O conceito, de acordo com Sposito e Sposito (2020) é polissêmico.

As regionalidades e os diferentes modos de vida de cada ponto do espaço, revelam uma multiplicidade cultural que é interessante, principalmente, quando esse choque cultural transforma a realidade das pessoas e nosso entendimento enquanto sujeitos sociais. Mas, a ideia inicial de fragmentação nos revela a exacerbação dos processos de apropriação do espaço, sob a égide da globalização (SANTOS, 2006), dos países, das culturas, dos corpos, das paisagens, enfim, de tudo que de algum modo possa vir a ser uma mercadoria a ser consumida. Assim sendo, nos deparamos com o par homogeneização-diferenciação, que é articulado pelo consumo do/no espaço, seja um consumo habitual, aquele no qual utilizamos algum tipo de moeda, seja o consumo do espaço, das paisagens e das pessoas de um modo, não necessariamente, com a utilização de moeda.

Partimos do pressuposto de que o espaço urbano é um produto das relações sociais e espaciais dos desdobramentos do modo de produção capitalista. Deste modo, os espaços urbanos são, ao mesmo tempo, espaços em globalização e da globalização, como já debatidos anteriormente por Santos e Silveira (2006) e Sposito (2009). Assim sendo, os vetores em/da globalização impactam as relações sociais, econômicas, culturais e, principalmente, a produção do espaço.

No livro “O Espaço Urbano” de 1989, Corrêa dedica-se a definir e delimitar seu entendimento sobre os elementos que constituem o espaço urbano. Sendo assim, ele afirma que o espaço urbano é “fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social”. Essas relações podem ser percebidas pelos fluxos entre elas. Esses fluxos, que se dão entre as diversas áreas da cidade e que vão além delas, em um contexto multi e interescalar, pode ser de pessoas, mercadorias, capitais, ideias etc. Tratando do espaço urbano como reflexo da sociedade, temos a perspectiva de que a cidade é organizada conforme a estrutura social na qual estamos inseridos. Na atual conjuntura do modo de produção que vivemos, que no caso é o capitalismo, temos uma cidade desigual e com áreas segregadas e fragmentadas, que rebatem nos cidadãos e no seu imaginário, que consiste no processo de estigma territorial refletindo, assim, na luta de classes.

Desta maneira, temos que considerar a dimensão temporal, demonstrando que o espaço urbano reflete não apenas a sociedade atual, mas também os processos históricos que deixaram marcas nas formas espaciais e simbólicas. Assim como a sociedade, o espaço urbano se altera, esse processo de mudança é dialético e complexo. Nesse sentido, as formas espaciais que já estão materializadas, ou que irão se materializar, desempenham um papel importante nas relações de reprodução, seja no modo de se produzir mercadorias, na reprodução capitalista, ou na reprodução das condições da existência social. Se anteriormente entendíamos que as formas espaciais da cidade refletem nossa sociedade, percebemos agora, que, além disso, elas nos condicionam a mantermos um padrão das relações, sejam elas quais forem.

A cidade é campo de lutas entre as classes sociais, e deste modo, criam-se formas espaciais, que são parte do cotidiano, e que são carregadas de símbolos para os diferentes sujeitos sociais. A cidade é objeto e cenário das lutas sociais, pois todos têm direito à cidade e à cidadania (CORRÊA, 1989; LEFEBVRE, 2001, SANTOS, 2006, 2013).

Considerando a disputa do acesso à cidade, ditado pelas diferentes localizações, a dimensão do habitar constitui-se, comumente, como um dos primeiros fatores que facilitam ou dificultam o usufruto de equipamentos e serviços. Isso se deve pela disputa de diferentes agentes e atores - de maior ou menor poder aquisitivo - na apropriação (material e simbólica) de bens e serviços, acirrando os processos de desigualdade socioespacial que tem rebatimento sobre a estigmatização territorial, na qual degrada simbolicamente o território e, conseqüentemente, seus moradores.

Assim, a disputa assimétrica do espaço urbano, em relação àqueles que estão mais distantes das áreas centrais, configurando-se nas denominadas periferias das cidades, evidencia as consequências impostas aos sujeitos, - como o estigma territorial -, decorrentes dos diferentes processos atrelados ao capitalismo e, conseqüentemente, ao avanço neoliberal em todas as esferas da vida cotidiana.

Partindo-se do entendimento das mudanças que ocorreram na produção do espaço urbano, que se intensificou a partir da década de 1970, vislumbramos a oportunidade de colocar luz nos processos urbanos contemporâneos, em especial, a fragmentação socioespacial e o estigma territorial. Destarte, neste artigo, nos esforçamos, mesmo que de modo elementar, trazer algumas contribuições acerca dos processos já citados, e que pretendemos debater, sendo assim, um texto introdutório sobre a temática.

2. A fragmentação socioespacial: uma reflexão acerca da contemporaneidade

O atual momento do capitalismo contemporâneo é marcado fortemente pela grande fluidez dos espaços em redes (DIAS, 2003; SANTOS, 2006; SPOSITO, 2008; CORRÊA, 2012, CASTELLS, 2013), sendo articulado por elas e constituindo o meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). Com esses aparatos técnicos, “o espaço torna-se fluido, permitindo que fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade.” (SANTOS, 2013, pg. 43). O espaço é articulado e produzido por inúmeras redes geográficas - materiais e imateriais - e possibilitam o que muitos autores irão chamar de globalização (SANTOS, 2013; IANNI, 2013). A globalização se intensifica a partir da década de 1970, transformando o espaço urbano da cidade industrial.

A globalização, neste sentido, também redefine a divisão social do trabalho, levando a uma “redefinição da lógica de [re]estruturação das cidades que se articula a mudanças nos papéis exercidos por elas, como parte da reestruturação urbana em curso” (SPOSITO e GÓES, 2013, p.296). Importante também, neste contexto, o papel das tecnologias e da informação, o que Santos (1996) denominou de “meio técnico-científico-informacional”. Neste sentido, o papel das tecnologias e da internet precisa ser explicitado e trazido na discussão da fragmentação pelos seus impactos sobre diversas dimensões das práticas e experiências urbanas. Esta fase atual do capitalismo e as dinâmicas de produção do espaço que dela decorrem, contribuíram à criação de uma lógica fragmentária. (LEGROUX, 2021, p. 236)

Portanto, com base nessa ideia, podemos afirmar que, um dos movimentos mais importantes para o atual cenário do capitalismo contemporâneo, são os fluxos de todos os tipos: pessoas, capitais, mercadorias e, principalmente, informação. Esses fluxos, por sua vez, são apoiados e se dão nas redes. Essas redes e seus fluxos evidenciam as desigualdades socioespaciais que são intrínsecas ao modo de produção capitalista. Elas nos permitem evidenciar os processos de acumulação, concentração e centralização econômica, tanto de modo territorial mais amplo, revelando pontos opacos e pontos luminosos (SANTOS, 2006), como de um modo mais limitado territorialmente e subjetivamente, mas não menos importante, a partir das redes que se formam pelos cidadãos, a partir, da mobilidade urbana.

Legroux (2021) nos chama atenção para um aspecto da mobilidade urbana: ao mesmo tempo em que se percebe uma maior fluidez do/no espaço urbano, isso pode vir a ser um elemento que tem potencial para “representar uma superação da fragmentação e uma conexão dos lugares fragmentados⁴”, por outro lado, “elas podem reforçar a fragmentação - no caso de uma mobilidade restrita ou de “mobilidade em confinamento” (JIRON, 2010)”⁵. É um contexto dialético e que envolve múltiplas escalas.

As dinâmicas e processos urbanos que ocorreram nas últimas décadas do século XX, produziram uma cidade desigual, marcada fortemente pela segregação socioespacial. O processo de segregação socioespacial é percebido quando as áreas residenciais detêm uma forte tendência de homogeneização social interna. Ou seja, as classes sociais ficam separadas em áreas distintas do espaço urbano. Neste sentido, portanto, se formam eixos e/ou áreas onde se percebe a concentração de grupos e pessoas da mesma classe social, ressaltando, assim, as desigualdades socioespaciais da cidade contemporânea (SPOSITO e GÓES, 2013) Navez-Bouchanine (2002) nos chama atenção para a probabilidade de que as análises dos espaços residenciais sejam menos dinâmicas, e deste modo, não possibilitando a apreensão das novas formas de produção do espaço urbano e de sua complexidade. Assim, o conceito de fragmentação socioespacial nos possibilita ampliarmos as possibilidades de estudarmos e

⁴ (LEGROUX, 2021, p. 244)

⁵ (LEGROUX, 2021, p. 244)

analisarmos as dinâmicas e processos de diferenciação e, constituição e imposição, das desigualdades socioespaciais. (LEGROUX, 2021)

A separação socioespacial, especialmente no que diz respeito à segregação residencial, é ainda um processo estruturante e explicativo das dinâmicas urbanas atuais. Mas, a fragmentação vai além da separação física e social, para insistir em dinâmicas que intensificam as rupturas e a relativa incomunicabilidade entre diferentes pedaços cada vez mais desconexos e diferenciados. Ela expressa i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de classes sociais e de funções atribuídas a estes (trabalho, lazer, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações. (LEGROUX, 2021, p.238)

O termo fragmentação é polissêmico, tanto no sentido do senso comum, como no âmbito teórico-conceitual (SPOSITO e SPOSITO, 2020). A palavra fragmentação tem diversas definições. Desde aquelas utilizadas cotidianamente, como a noção de separação, às definições de cunho acadêmico. Muitos autores se esforçaram, e ainda se esforçam, para conceituar e adjetivar o termo com rigor científico. Navez-Bouchanine (2002) faz referência à fragmentação a partir da perspectiva social, na qual se fortalece por meio do processo de homogeneização dos espaços, que se combinam com a necessidade de diferenciação socioespacial. Nesse sentido, Prévôt-Schapira (2001) amplia a percepção de fragmentação, compreendendo este, como processo ligado ao espaço, meio social e político, partindo de um espectro das cidades latino-americanas. A partir dessa concepção, Sposito e Sposito (2020) inserem o adjetivo “socioespacial” para qualificar o termo fragmentação, revelando o conteúdo simbólico e material, articulando dialeticamente essa dupla determinação, reforçando a ideia de processo (SPOSITO e SPOSITO, 2020). Deste modo,

Sem dúvida, o termo fragmentação deve ser abordado com distância crítica suficiente e cuidado com projeções excessivamente simplistas do espacial para o social. O importante nesta definição é que ela destaca a complexidade das mudanças ocorridas na grande cidade latino-americana, e a ideia é que uma sociedade em um arquipélago produz um entrelaçamento de diferentes espaços e dá maior visibilidade às diferenças, retiradas e comunitarismos de todos os tipos, o que põe em perigo as formas passadas de urbanização amplamente construídas sobre a existência de um espaço público. Voltando aos termos de F. Navez-Bouchanine (2001), “A noção expressa uma dissociação social das partes em relação a um todo urbano, uma ruptura que pode atingir a autonomia total, uma fragmentação da sociedade urbana como unidade e sua substituição por uma série de territórios marcadamente identitários”. (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001, p. 40). (Tradução nossa).

A fragmentação socioespacial é um produto das relações capitalistas, sob o signo da globalização no espaço urbano. Portanto, com a globalização, a busca incessante pela diferenciação social, via consumo, enfatiza e explicita o processo de diferenciação socioespacial e coloca populações do mesmo segmento social em lados opostos. Tendo em vista que o descaso das gestões públicas cria um imaginário onde as soluções para as classes pauperizadas, sejam legadas à iniciativa privada (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001).

Em direção semelhante e acrescentando outros pontos, Sposito e Góes (2013) consideram que, no período da globalização, a “homogeneização de espaços e pessoas se combina com os esforços de diferenciação” para os agentes que constroem “barreiras materiais” e adotam “estratégias de separação e controle em relação aos outros”, levantando a necessidade de se manter a “segurança e o status”. Isto tem rebatimento no fenômeno urbano do “crescimento das cidades médias” com o aumento de suas extensões territoriais, opostamente ao “enfraquecimento das relações entre cidadãos” (p. 294-295). Esse movimento é resultado do processo de autosegregação que se intensifica, indicando que esta é uma das dimensões da fragmentação socioespacial, nos espaços urbanos, ainda que não a única. Desse ponto de vista, tanto a multidimensionalidade é atribuída ao conceito, como se reconhece sua multiescalaridade. A fragmentação de base cultural é observada tendo como ameaça ao direito à diferença que, se não há, constitui-se limite à vida urbana. É tomada, também, sob a dimensão cultural, como modo segundo o qual nós a apreendemos, ou seja, como ocorre a percepção de condutas e práticas de fragmentação. Essas são abordagens de caráter mais etnográfico ou antropológico, muito importantes nos estudos urbanos e para a compreensão da fragmentação (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002). (SPOSITO e SPOSITO, 2020, p. 5).

Morcuende (2021) compreende a fragmentação socioespacial, a partir de três movimentos: separação, contradição e homogeneização. Esses movimentos se articulam, tendo em vista, os ditames do modo de produção capitalista. A fragmentação, enquanto separação, remete a ideia de compartimentação, não apenas das áreas da cidade, mas também, do cotidiano. Uma separação entre o espaço e os sujeitos e grupos sociais. A fragmentação como contradição, diz respeito às crises que são inerentes ao sistema capitalista. “(...) as atuais relações entre espaço e sociedade, mediadas pela fragmentação, precisa de um ponto de vista claro e certo sobre a crise capitalista atual” (MORCUENDE, 2021, p. 6). As contradições, que remetem à fragmentação, nos leva a perceber as rupturas da vida social e, também, a deterioração da reprodução social. Por fim, a fragmentação como homogeneização, nos mostra a possibilidade de que o processo de urbanização alcance todos os locais e pessoas, remodelando e

transformando os distintos modos de vida, e assim, homogeneizando os espaços em múltiplas escalas.

Um conjunto de relações que hoje, podem ser denominadas de fragmentárias, em primeiro lugar, porque vai se impondo uma lógica cultural e uns espaços totais, que geram distâncias físicas, sociais e individuais, baseadas em uma contração dos espaços públicos e privados, e a consequente reclusão neles dos distintos âmbitos da vida cotidiana (JAMESON, 1998; CALDEIRA, 2000; SPOSITO, GOES, 2013). A fragmentação como separação sublinha, deste modo, o processo de destruição e criação de modos de vida, por meio, fundamentalmente do consumo (CARRERAS, MARTINEZ-RIGOL, MORCUENDE, 2020). A vida cotidiana torna-se, neste ponto, o objeto de análise privilegiado, pois nela se expressam as diversas separações em cada um dos âmbitos do cotidiano.

Em segundo lugar, porque a crise, como elemento crônico da sociedade capitalista, leva para uma contradição entre a reprodução do capital e a reprodução da vida (PEREZ, 2014). A fragmentação como contradição, aponta para o ataque à reprodução social que o capitalismo em crise traz, outorgando novos conteúdos a desigualdade. Assim, a reprodução social torna-se aqui o elemento central, como meio para a análise das mudanças que as formas e os conteúdos da desigualdade apresentam nas últimas décadas.

Por fim, porque os processos de urbanização diferencial em andamento, caracterizam-se pela produção de diferenciação em distintos níveis. A superação da contradição campo-cidade leva à superação, ao mesmo tempo, da diferenciação tradicional urbano-suburbano-rural, no nível global. No nível do Estado, a diferenciação se concretiza em usos do solo e funções que vem mudando fortemente nas últimas décadas. E, por último, é no nível da vida cotidiana que aparece a diferenciação social, manifesta na estrutura de classes, expressada além do assalariado, e necessariamente atrelada à raça e ao gênero (WRIGHT, 2015; BHATTACHARYA, 2017). A fragmentação como homogeneização, assinala para processos de urbanização que, homogeneizando vem superando as diferenciações tradicionais, e especializando o território todo, sem exceção. (MORCUENDE, 2021, p. 8-9)

Relacionados à produção do espaço urbano, os esforços de diferenciação, que combinam diferentes processos - como a sobreposição do esquema centro-periferia ao de fragmentação socioespacial - afasta os cidadãos, já segregados, ora pela constituição de políticas públicas, que promoveram a construção de habitações nas margens das cidades, ora pela ação de agentes imobiliários, que passam a ditar o maior preço da terra pelo acesso facilitado a bens de consumo e serviço.

Em ambos os casos, o acesso dificultoso e custoso a essas outras áreas, que faz parte dos processos supracitados, passou a reforçar, para os cidadãos de áreas periféricas geográfica

e socialmente, as desigualdades socioespaciais, devido às dificuldades de se apropriarem de outros espaços, reafirmando a sua condição.

A condição de diferentes acessos, constituídos pelas diferentes localizações, que se dão, principalmente, pela dimensão da habitação e os atributos a ela associados, são relevantes para a compreensão da lógica das desigualdades socioespaciais, a partir da situação espacial, e que evidenciam, por meio dos elementos pontuados, a insuficiência de infraestrutura e as dificuldades de mobilidade urbana para aqueles aos quais a segregação foi imposta, e o contrário ocorrendo para aqueles de maiores estratos socioeconômicos (autossegregação) (SPOSITO e GÓES, 2013).

Como veremos adiante, a localização e a assimetria dos diferentes acessos à cidade, promove o desencontro entre os diferentes cidadãos, provocando certo distanciamento. A percepção de cidadãos de outras parcelas da cidade, de que locais distantes e isolados, constituídos pelo esquema centro-periferia, são tidos como perigosos, inseguros e violentos - assim como seus moradores - está delimitada em seu imaginário.

Esta visão generalizante é o que certamente justifica adotarmos o estigma territorial, que será debatido em seguida, como foco para a compreensão de uma das consequências da segregação socioespacial no espaço urbano, já que ela reafirma o distanciamento e a dificuldade de inserção social em outras áreas das cidades. Ainda, mostra-se relevante debatê-lo como conceito e processo, que pode se combinar aos de segregação socioespacial e, principalmente, o de fragmentação socioespacial, reforçando ambos.

3. Estigma territorial como expressão das desigualdades do/no espaço urbano

O termo estigma está presente na sociedade desde a antiguidade clássica. Porém, com o passar do tempo, seu sentido foi se modificando e o termo foi ganhando novos significados e conteúdos. Para Goffman (2004, p. 7), o estigma é a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, isto é, a sociedade estabelece meios de categorizar e determinar atributos tidos como normais (ou não). Sendo assim, tais processos são frutos da estrutura social da sociedade, na qual as relações sociais cotidianas já são pré-definidas em ambientes estabelecidos mediante as preconceções estipuladas, por meio de categorias e atributos, em que muitas vezes, atribuímos conotações de sentido condenatório, que reforçam a construção

social e cultural de padrões normativos sociais, resultando na subjugação e na deterioração da identidade do sujeito.

Dessa forma, segundo Goffman (2004), o estigma é concebido como uma linguagem de relações contraditórias entre atributos e estereótipos, principalmente, de caráter negativo, sendo o segundo constituído como uma fase que antecede o processo de estigma, a partir do momento em que geram processos mais intensos e complexos, como discriminação e/ou segregação de grupos e espaços.

Sendo assim, o estigma refere-se, para o autor, como um atributo de caráter depreciativo e que possui dupla perspectiva: o desacreditado - quando o estigmatizado já possui sua característica estigmatizante conhecida e evidente, - ou o desacreditável - quando ela não é conhecida e nem imediatamente evidente (GOFFMAN, 2004, p. 7). Assim, o estigma é agrupado segundo três diferentes tipos:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2004, p. 7).

Inserido na terceira categoria de estigma - tribo, raça, nação e religião definidos por Goffman (2004), na qual esses podem ser transmitidos através de membros de uma mesma família, como se herdassem os atributos estigmatizantes, Wacquant (2006), ao tratar sobre um novo regime de marginalidade nos Estados Unidos e na União Europeia, pautado na experiência da rejeição urbana, desenvolveu o conceito de estigma territorial, a partir das formas de pobreza contemporâneas. Assim, evidencia três tipos de propriedade espacial e suas implicações na formação do que ele chama de precariado, nas sociedades pós-industriais, levando em conta: i) a desintegração da condição dos assalariados; ii) a desconexão funcional dos bairros deserdados; iii) as tendências macroeconômicas e; iv) a reconfiguração do Estado providência em um modelo polarizado de cidade (WACQUANT, 2006, p.27). Esse novo regime afirma,

Em vez de se encontrar disseminada pelo conjunto de zonas de habitação operária, a marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios isolados e claramente circunscritos, cada vez mais percebidos, tanto

por fora como por dentro, como lugares de perdição – que assumem a aparência de baldios urbanos ou de «pátios dos milagres» da cidade pós-industrial que só os desviantes ou os resíduos da sociedade frequentam porventura (WACQUANT, 2006, p. 27).

Sendo assim, o estigma territorial caracteriza-se pela disseminação de discursos de descréditos, atribuídos ao determinado território, que passa a ser percebido e visto como locais de perdição, perigosos e violentos, que passam a incluir discursos que Wacquant (2006, p. 28) chama de “vindos de baixo”, relacionados às interações da vida cotidiana, assim como os discursos “vindos de cima”, na esfera midiática, política, burocrática e até mesmo científica.

Esses discursos de descréditos, associados a um território, para Wacquant (2006), sobrepõem-se a estigmas já existentes, e que estão essencialmente ligados à pobreza e à pertença étnica. Dessa forma, concorda com Goffman (2004) ao reafirmar que, assim como os estigmas ligados à pertença étnica e religiosa, os estigmas de nação podem igualmente ser transmitidos e contaminar os membros da mesma família, o que pode ser atenuado, ou até mesmo anulado por meio da mobilidade geográfica.

Diante disso, revela-nos que o processo de estigmatização territorial não é uma condição estática (WACQUANT, SLATER & BORGES PEREIRA, 2014 apud ELORZA, 2019, p. 104), pois o local de residência consiste em um elemento que acompanha os sujeitos em suas relações sociais. Isso significa que “ser filho de uma pessoa que mora num bairro segregado também significa compartilhar a segregação e, portanto, o estigma” (GONÇALVES, 2016, p.74).

O lugar de nascença é a marca eterna que acompanha a pessoa aonde ela for, pois está registrada, não só nos documentos oficiais, mas também na vida, na história vivida que se encontra dentro de cada pessoa. Mesmo que se tenha deixado o bairro, o lugar de nascença é a marca eterna que acompanha a pessoa aonde ela for, pois está registrada, não só nos documentos oficiais, mas também na vida, na história vivida que se encontra dentro de cada pessoa. Por outro lado, mesmo que não se tenha nascido no bairro estigmatizado, mas se tem um parente muito próximo, por exemplo, pai ou mãe, também pode implicar em sofrer o estigma, pois o espaço social não está apenas fora da pessoa, mas também dentro de cada uma, como um organismo vivo que lhe situa e dá sentido à existência. (GONÇALVES, 2016, p. 74)

Além disso, Elorza (2019), a partir de Wacquant (2007), aponta que o estigma territorial não constitui apenas como um instrumento de desvantagem e diferenciação social,

mas também consiste em uma expressão da violência simbólica (BOURDIEU, 2003), “que reproduz e consolida relações de poder e desigualdade da estrutura” (ELORZA, 2019, p. 102). Ou seja, ao tratarmos de estigma territorial, estamos nos referindo à imposição de um conjunto de conteúdos, significados e discursos, que culminam na criação de um imaginário negativo e homogêneo sobre um determinado território, e que, conseqüentemente, são identificados nos sujeitos que o habitam.

Por esses motivos, o estigma territorial é fruto da violência simbólica, em que as imposições de práticas e discursos se dão por meio das relações de poder e “quem sofre tem pouca capacidade de constituir uma identidade social diferente daquela imposta” (CORNEJO, 2012, p. 185). Assim, o território e, conseqüentemente, seus moradores degradam-se simbolicamente (BOURDIEU, 2008), corroborando para o confinamento e a “cadeia a um lugar” das áreas que são compostas por sujeitos com menor poder aquisitivo, associando-os às piores áreas da cidade (BOURDIEU, 1999 apud ELORZA, 2019).

Destarte, observa-se como a condição da localização, traduzida como estigma decorrente de uma classificação hierárquica dos espaços urbanos, construída predominantemente pela mídia e por sujeito de maiores estratos socioeconômicos, leva à construção do afastamento socioespacial, primeiramente, no campo das ideias, o que possui forte rebatimento na forma como diferentes grupos da sociedade se relacionam, confirmando a prevalência das construções virtuais e estigmatizantes.

Diante disso, reforça-se a importância de levar em consideração não apenas as estruturas materiais que envolvem os estudos sobre a segregação socioespacial, mas também as estruturas simbólicas, isto é, a subjetividade desse processo, parte que contém o processo de estigma territorial, que estabelece e acirra as desigualdades, discriminação e de diferenciação socioespacial, que rebatem sobre a produção do espaço urbano capitalista, tornando-se um instrumento poderoso de “facilitadores ou impeditivos do acesso aos serviços e recursos necessários à reprodução social cotidiana” (ELORZA, 2019, p. 107).

Considerações finais

Sendo o estigma um processo conceituado anteriormente, ainda sob a lógica da estruturação centro-periférica, característica das cidades nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, ele mantém-se sob a lógica fragmentária, já que não se supera a privação

de determinados grupos sociais a plenas relações sociais e à inserção em diversos espaços. Assim, uma lógica não apaga a anterior, mas a ela se mescla, com tensões e contradições, próprias dos períodos de transformações profundas.

A fragmentação socioespacial tem como um de seus elementos a homogeneização de espaços. Como parte do processo atual de produção do espaço urbano, o primeiro pode implicar no rebatimento do segundo, reforçando, portanto, a condição periférica de grande parcela da sociedade, já presente na lógica de estruturação pretérita e reforçada na posterior, como se pode observar em várias cidades brasileiras.

Assim, considerando os novos conteúdos, atinentes às mudanças mais recentes, a contribuição teórica do esforço de sobreposição de ambos os processos evidencia movimentos que não se erradicam, mas, ao contrário, se combinam, se sobrepõem e se intensificam. Por isso, a necessidade do debate que coloque em uma perspectiva crítica a produção do espaço urbano, - incluindo as consequências de tais processos em todas as esferas da vida cotidiana -, no esforço de não o neutralizar, ou seja, não os tomar como dados.

Além disso, o processo de fragmentação socioespacial exacerba processos como a diferenciação e a segregação socioespacial, e conseqüentemente, potencializa os efeitos e elementos que constituem a estigmatização territorial, processo atrelado ao de segregação socioespacial. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a combinação entre eles culmina na degradação simbólica do território e de seus moradores (BOURDIEU, 2008), essa degradação ocasiona os fenômenos de restrição e confinamento territorial (CORNEJO, 2012), partindo não apenas da morfologia urbana, mas ao qual se agregam conteúdos sociais, econômicos, históricos e simbólicos, os quais tiveram rebatimento na produção do espaço urbano brasileiro, expressos nas práticas espaciais, que se materializam no cotidiano dos moradores das áreas estigmatizadas.

Portanto, se faz necessário uma revisão, ampliação e combinação de instrumentos teóricos-metodológicos que possibilitem a análise de processos contemporâneos. Por luz aos efeitos da globalização e do neoliberalismo na produção do espaço urbano, é inescusável, frente aos desafios que a nossa sociedade e as cidades atravessam, tendo em vista, a crescente mercantilização do espaço urbano. Assim sendo, a Fragmentação socioespacial e o Estigma territorial refletem a sociedade no espaço urbano, suas particularidades e expressões de

desigualdades, tanto no âmbito das expressões objetivas quanto subjetivas de sua produção material e simbólica.

Por fim, não pretendemos cessar as discussões acerca dos processos e períodos nos quais nos debruçamos neste texto, mas sim, acrescentar elementos teóricos e metodológicos que auxiliem aos pesquisadores e pesquisadoras, de todo os níveis, a contemplar o entendimento de processos atuais, que vão se tornando cada vez mais complexos, sob a perspectiva crítica da ciência geográfica.

4. Referências

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do lugar**. In: BORDIEU, Pierre. (org.) *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: VOZES, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CORNEJO, Catalina Andrea. Estigma Territorial como forma de violencia barrial. El caso del sector El Castillo. **Revista Invi**, Santiago-Chile, v. 27, n. 76, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Taís Souza da. **Pimentas na periferia metropolitana: reflexões acerca do estigma territorial e de suas contradições**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/234643>>.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: Iná E. de Castro; Paulo Cesar da C. Gomes; Roberto L. Corrêa. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, v. 1, p. 141-162.

ELORZA, Ana. Segregação residencial e estigma territorial. Representações e práticas dos habitantes de territórios segregados. **Eure**, vol. 45, n.135, mayo 2019, p. 91-109.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GONÇALVES, Valdir José. **A segregação e o estigma socioespacial presentes na formação histórica do Bairro Teotônio Vilela em Ilhéus/BA**. 2016. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdade EST, São Leopoldo, 2016.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 17º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 272 p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, 2021.

MORCUENDE, Alejandro. Por trás das origens da fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v.20, 2021.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. “Emergence d’une notion: quelques repères historiques”. In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. **La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale**. Paris: L’Harmattan, 2002, p. 19-103.

OLIVEIRA, Pablo Muryllo. **Globalização, consumo e cidades médias: o complexo arranjo em redes hierárquicas e heterárquicas** / Pablo Muryllo de Oliveira. - Presidente Prudente: [s.n], Monografia, 2017. 123 f.: il.

OLIVEIRA, Pablo Muryllo; CATELAN, Márcio José. **Arranjos Espaciais em redes Hierárquicas e Heterárquicas: a Globalização e o Comércio Exterior em Cidades Médias. Presidente Prudente, Marília e São Carlos/SP**. In: SIMPURB, 2017, Salvador - BA. XV Simpósio de Geografia Urbana, 2017.

OLIVEIRA, Pablo Muryllo; SANTOS, Flaviane Ramos. As redes geográficas na era da globalização: algumas reflexões sobre a rede urbana em sua historicidade e na prática teórico - metodológica. **Formação** (Presidente Prudente), v. 26, p. 3-22, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5711/4891>>

PRÉVÔT SCHAPIRA, Marie-France. **Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades**. Perfíles latinoamericanos, 2001. p.33-56

RIZZON, Renata Cristina **A condição periférica e a construção do estigma territorial em Cidade Tiradentes, São Paulo-SP**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/234821> >

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A. A de; SILVEIRA, M.L. In: **Território, globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998, pág. 15 – 20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** / Milton Santos. – 23º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. In: _____. **O Brasil. O Território e Sociedade no início do século XXI**. 9º ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 247 – 286

SPOSITO, Eliseu S; SPOSITO, Maria E.B. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v.19, e. 19015, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda. Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: BELLET SANFELIU, Carmen Bellet Sanfeliu; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída, 2009, p. 41-69.

WACQUANT, Lóic. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Sociologia. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, v..XI, Porto, 2006.